

Ana Paula Laborinho Afirmar o português como língua internacional

O Camões Júnior, que começa a funcionar em breve, e o Referencial Camões, selo de qualidade do Conselho da Europa, são os mais recentes instrumentos de certificação do ensino do português no mundo. Um passo mais para fazer da Língua Portuguesa uma das “grandes línguas internacionais”, como adianta ao JL a presidente do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, que, nos últimos anos, alargou a sua presença a 85 países nos cinco continentes e só em 2016 promoveu cerca de 1300 atividades de divulgação cultural

MARIA LEONOR NUNES

L

“Língua é poder”, afirma Ana Paula Laborinho. E é ao abrigo dessa convicção que acredita que alargar a presença do português nos vários continentes é afirmar Portugal e a cultura portuguesa no mundo. Para isso, é essencial, segundo ela, apostar no português como “língua de ciência e de inovação”, continuar a investir no seu ensino no estrangeiro, não só junto das comunidades da diáspora, mas também noutros países. E são de feição os tempos que correm, porque há cada vez mais interesse pela língua e pela cultura portuguesas. Uma “sorte”, diz, que tem bafejado a sua presidência, de quase oito anos, do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua.

Quando em 2010 Ana Paula Laborinho, profª da Faculdade de Letras de Lisboa, com um destacado percurso na área da Literatura, tendo sido presidente do Instituto Português no Oriente, assumiu os destinos do então Instituto Camões (IC), que dois anos mais tarde se iria fundir com o Instituto Português para o Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), geria um orçamento de cerca de 10 milhões de euros. Hoje, são quase 60 milhões. Um aumento traduzido também no alargamento de ação do instituto, a quem cabe a coordenação do ensino do português, nos diferentes graus, e a divulgação da cultura do país a nível internacional, mas também projetos de cooperação nos países de expressão portuguesa. Ao JL, faz um balanço do que tem sido feito e dos desafios para o futuro, que passam pelo trabalho em rede. Tanto mais que Portugal tem a tradição de uma “cultura de di-



Ana Paula Laborinho “O que me deu mais satisfação foi ter visto o português a afirmar-se internacionalmente. E por via dele, Portugal!”

álogos” e de “cruzamentos culturais”. E sobretudo porque também a “língua é uma rede”.

Jornal de Letras: Portugal está na moda, pelo menos em termos turísticos. A Língua e a Cultura portuguesas também estão a suscitar mais interesse?

Ana Paula Laborinho: Temos vivido um período em que a questão das línguas está no debate internacional e o português tem vindo a ser reconhecido como uma grande língua de comunicação global. Tenho tido, desde que estou no Camões, a sorte de o acompanhar. Esse contexto tem sido, de resto, muito favorável a todo o trabalho que temos desenvolvido.

O ensino do português lá fora está a refletir esse interesse?

Em 2010, além da rede de Ensino

Superior, acolhemos também a do Básico e Secundário no estrangeiro. Havia aí um entendimento estrito de um ensino apenas para as comunidades e ainda que continue a ser fundamental essa relação, não a entendemos de uma forma separada do superior. Pelo contrário, de uma forma articulada. E tem ganho expressão não só naquilo que era o nosso tradicional espaço, a Europa, mas também noutros continentes.

Como se traduz essa expansão?

Em 2010, a nossa rede estava 80% alocada na Europa e hoje temos já uma distribuição de 50% noutros continentes. A Europa continua a ser um dos nossos objetivos, mas é fundamental uma presença forte noutros blocos regionais e essa foi uma preocupação minha, desde o princípio.

“

Em 2010, a nossa rede (de ensino do Português) estava 80% alocada na Europa e hoje temos já uma distribuição de 50% noutros continentes

Particularmente em África?

Já existia uma presença em África, que temos vindo a reforçar. E não apenas nos países de Língua Portuguesa, onde tínhamos uma ação ao nível da educação, mas também naqueles que com eles têm rela-

ções, desenvolvendo até projetos de integração do português nos seus sistemas curriculares. Outra região relevante para nós é a América Latina, tal como a América do Norte, até por lá haver uma grande comunidade portuguesa. O crescente reconhecimento do português como língua internacional é muito evidente, pelo número de universidades que o ensinam nos Estados Unidos. Outra geografia com quem temos uma relação de proximidade, em termos históricos e culturais, é o Norte de África e temos tentado reforçá-la.

E com a Ásia?

O nosso maior centro cultural no mundo é em Macau e tem constituído uma plataforma fundamental para a divulgação da Língua Portuguesa (LP) não só na China, como em toda a região. E trabalhamos em função de públicos diversos. Tem sido mesmo uma componente fundamental do instituto investigar e aperfeiçoar metodologias e formas de intervenção para responder a diferentes necessidades.

APOSTA NA FORMAÇÃO

A investigação tem sido uma das suas grandes apostas. Porquê?

Ao longo destes anos, procurámos não só consolidar as boas práticas, mas também elaborámos programas adequados, insistimos na formação de professores, criámos programas de incentivo à leitura que nos pareciam essenciais para uma maior proximidade com a cultura portuguesa. Passámos igualmente a fazer, todos os anos, encontros de professores da nossa rede, o segundo dos quais realizou-se em julho, com 100 participantes. Nada disto se pode fazer sem investigação, portanto sem articulação com universidades e o desenvolvimento de um conhecimento sobre o trabalho que estamos a fazer. Por outro lado, a certificação de competências, que fazemos com o Ministério da Educação (ME), tem sido de grande utilidade até para a integração dos cursos nos sistemas de ensino dos países de acolhimento, sobretudo com comunidades portuguesas. A novidade é que tem vindo a crescer, desde 2010, a introdução do português como língua estrangeira em vários países.

Quais?

Bulgária, Roménia, República Checa, Namíbia. Estamos também a trabalhar nesse sentido no Zimbábue e há outros países que manifestam interesse de ter o português como língua curricular. Mas esse trabalho leva alguns anos, porque há que fazer desde a elaboração de programas à certificação e formação de professores. Na Namíbia, começámos com um único professor local e, neste momento, temos 24.

E em relação aos leitorados?

Importa dizer que nada se poderá fazer, sem estarmos no Ensino Superior, sem contribuímos para a formação de quadros, não só de professor, mas também de tradutor, intérprete ou mesmo para trabalhar

em empresas que tenham relações comerciais com os países de expressão Portuguesa. Temos duas modalidades, a de leitor e de docente, ao abrigo de protocolos que estabelecemos com as diversas instituições. E nesse caso, tem aumentado quer o número de professores, quer de relações com diversas universidades. Estamos a alargar a rede e esse é um dos nossos grandes objetivos, não só o ensino básico, secundário e até pré-escolar, mas também a nossa presença no Ensino Superior e em organismos internacionais.

É recorrente falar-se da importância do português estar nas Nações Unidas como língua oficial. Quando poderá ser uma realidade?

O português já é língua de trabalho de muitas instituições internacionais e em algumas agências das Nações Unidas. Mas para que isso possa ser uma realidade é preciso formar tradutores e intérpretes. Daí a importância da aposta na formação, na presença no Ensino Superior, que é também uma forma de divulgar junto dos alunos e de todos os interessados a cultura portuguesa e as culturas em língua portuguesa. Até porque a cultura portuguesa é miscigenada. Estamos em 85 países e temos sempre a preocupação de a mostrar como uma cultura de diálogos, que estabelece pontes com outras culturas.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL Costuma dizer que o caminho faz-se caminhando, citando António Machado. Quais os passos que se seguem em termos de política de internacionalização da língua?

Este governo definiu para a língua três grandes objetivos que me parecem essenciais e que consolidam muito do trabalho que o Camões tem vindo a desenvolver. Por um lado, uma aposta no ensino digital, à distância ou presencial, o que implica o desenvolvimento de conteúdos adequados, como o português para negócios ou jurídico. E nós também temos trabalhado nessa vertente para públicos não escolares. Quanto mais internacional for a língua, maior a necessidade de produção de conteúdos diversificados.

A pensar, por exemplo, numa maior projeção no espaço económico?

Exato. E cada vez há mais interesse no português como língua de negócios. Outra aposta é no português como língua de acesso ao Ensino Superior, o que já acontece em França, na Alemanha e recentemente tivemos o regozijo de também ver consagrada essa possibilidade nos EUA. A terceira vertente é a certificação, que já existe para aprendizagens como língua de herança para as comunidades e estamos a trabalhar na do português como língua estrangeira. Acabámos, nesse sentido, o referencial Camões, que terá o selo do Conselho da Europa.

De que falamos quando falamos de certificação digital?

Sobretudo da elaboração dos exames e de referenciais para eles em espaço digital. Há que envolver as estruturas

científicas, as universidades, algumas já trabalham nesse sentido, como a de Lisboa e são parceiros importantes, mas para o projeto da certificação digital teremos que constituir um consórcio, porque é de grande exigência.

Com entidades privadas?

Com todas as instituições que estejam interessadas. Esse é o projeto mais imediato. Começamos pelo português como língua estrangeira para crianças e jovens, a que chamamos Camões Júnior. É um processo praticamente concluído, tendo a parceria do ME e estamos a investir muito nele. Depois, teremos de chegar a outros públicos. Apesar do muito que foi feito, de existir uma visão estratégica, alinhada com a política externa portuguesa, dos espaços onde devemos estar e de como devemos estar, porque esse é o planeamento que está na base de uma política de língua, é preciso agora um salto qualitativo.

Uma política da língua tem que ser traçada, aliando sempre a ação à reflexão. As investigações feitas são um ótimo retrato do português no mundo

Estamos em 85 países e temos sempre a preocupação de mostrar a cultura portuguesa como de diálogos, que estabelece pontes com outras culturas

Um grande passo seria também a consolidação do português como língua de ciência e de inovação

Levar ao exterior a nossa produção artística é um objetivo essencial. Estamos a entrar em novas geografias e há um interesse enorme pelas nossas formas artísticas

Tem sido para mim um privilégio acompanhar um momento de viragem da cooperação para o desenvolvimento

LÍNGUA DE CONHECIMENTO Que salto?

Temos que fazer parcerias, trabalhar em rede. Desse ponto de vista, este governo tem insistido muito na necessidade de uma visão global do ensino do português e de que manei- ra o poderemos articular melhor com outros parceiros.

Por exemplo?

Um parceiro fundamental é a CPLP e o Instituto Internacional de Língua Portuguesa. Esse é um aspeto essencial, mas diria que um grande passo seria também a consolidação do português como língua de ciência e como língua de inovação. Não seremos uma

LP na última década. É porque tem a consciência da sua importância, realmente a língua mais falada no hemisfério sul. Nunca vou a expressão defesa da LP.

Porquê?

Essa é uma questão do séc.XVI, quando tínhamos as defesas e ilustrações das línguas. Mas não tenhamos dúvidas que língua é poder e, portanto, a afirmação do português serve todos aqueles que o falam. Daí que me pareça tão importante trabalhar no português como língua de comunicação internacional. O trabalho do Instituto Camões pretende contribuir, na medida em que a língua é um

Estrangeiros para ser a intervenção de diferentes entidades e estruturas. É necessário um trabalho de equipa e avançar para que entidades não-governamentais, que são também parceiros importantes, possam participar nesta visão e intervenção global da ação cultural externa. Claro que levar ao exterior a nossa produção artística é um objetivo essencial. No ano passado, apoiámos mais de 1300 atividades. E temos cada vez mais pedidos, porque estamos a entrar em novas geografias e há um interesse enorme pelas nossas formas artísticas. Temos também programas de apoio à edição, articulados com a DGLAB e o apoio à tradução e procuramos promover autores portugueses noutras línguas. Estou convencida que esta articulação permitirá atingir maiores e melhores resultados.

COOPERAÇÃO CRUZADA Depois da fusão em 2012 do IC com o IPAD, somou-se, no novo Camões, a vertente da cooperação à da língua e da cultura. Tem sido um caminho bem-sucedido?

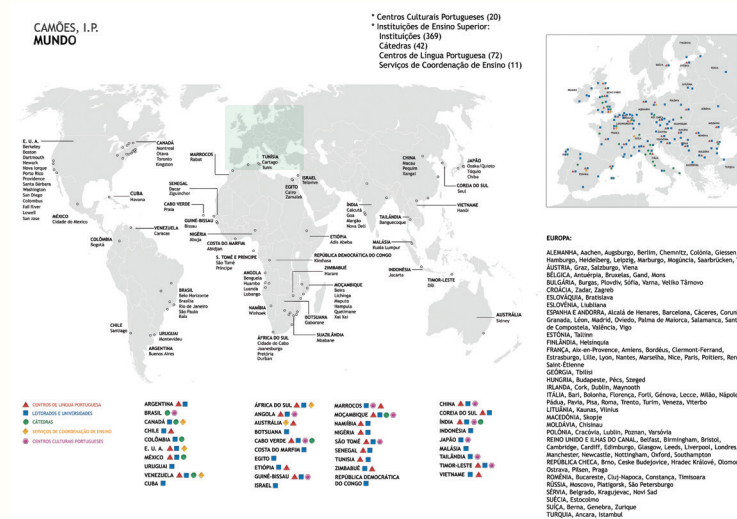
A fusão de duas instituições é por si um enorme desafio, por vezes doloroso, porque todos sentem que perdem a nível da identidade. Entendendo essas dores e dificuldades, procurei criar sinergias que permitissem perceber os benefícios. Talvez porque tenho sempre um lado otimista e de construção. Prefiro - a destruição e foi isso que fiz. Por isso esta nova casa aprendeu dos dois lados, quer da língua e cultura, quer da cooperação. É, nesse sentido, mais sólida. As várias auditorias que teve mostram que esse foi um caminho trilhado. E o facto de termos uma nova instituição, salvaguardando o histórico das duas que lhe deram origem, permitiu também refletir sobre essa construção, quer do ponto de vista administrativo, quer da resposta em termos de serviço público.

Há um saldo positivo nessa fusão?

A educação sempre foi uma área importante e de grande investimento de Portugal na cooperação para o desenvolvimento e há, nesse domínio, muitos pontos de convergência com o ex-IC. Um dos aspetos positivos foi o aproveitamento desse conhecimento cruzado. E tivemos algumas experiências interessantes. Outra área relevante, a que tenho dedicado atenção e até alguma investigação, é a da cultura no contexto do desenvolvimento. Felizmente que, cada vez mais, se reconhece a importância da cultura na criação de riqueza, mas também para a coesão social, para a autoestima. Nessa medida, é um fator essencial para o desenvolvimento dos países. Por isso, temos investido bastante nessa área.

Como?

Tendo sempre a preocupação de uma componente de formação em todos os programas que fazemos e que, por outro lado, os nossos espaços sejam também para os artistas locais, numa interação em que lhes damos lugar para a criação e mostra dos seus trabalhos, e para o diálogo com os



Mapa da Rede Camões no mundo 85 Países, 43 cátedras, 76 Centros de Língua Portuguesa, 20 Centros Culturais Portugueses. Ensino do português, no básico e secundário, 70 mil alunos, no superior, 90 mil, 375 instituições parceiras, 680 leitores e docentes

grande língua internacional se não estivermos presentes na Ciência e no conhecimento e se não houver bases de dados científicas que permitam projetar essa visão.

Como é que isso se pode fomentar, num universo tão dominado pelo inglês?

É um trabalho de sensibilização, que pertence a todos. O mais importante é que haja consciência desse caminho a desenvolver. É necessária cada vez mais a valorização da produção de ciência em português. Por outro lado, é igualmente necessário que o português seja uma das línguas de investigação em termos da inovação e das linguagens artificiais.

A investigação parece ser mesmo a menina dos seus olhos.

É verdade. Porque é ela que nos permite perceber os caminhos que temos que percorrer. Tenho essa preocupação e acho que uma política da língua tem que ser traçada, aliando sempre a ação à reflexão. As investigações feitas são um ótimo retrato do português no mundo e dão-nos indicadores muito importantes. Saiu há pouco tempo o *Atlas da Língua Portuguesa* que, por exemplo, nos dá a indicação de que, no final do século, o continente onde será mais falado prevê-se que seja África. A China, que olha para o tempo milenarmente, não é por acaso que tem apostado na

dos ativos nacionais para a afirmação de Portugal no mundo.

PROJEÇÃO CULTURAL E da cultura portuguesa?

Claro. Temos que ter a noção da dimensão da cultura portuguesa e de como muitas áreas se têm projetado a nível internacional. Também aí, tenho o privilégio de estar à frente do instituto numa altura em que o cinema português é um excelente cartão de visita, a literatura tem autores conhecidos em quase todo o mundo, a arquitetura também tem um enorme reconhecimento internacional, tal como a música até porque o fado, agora património da humanidade, tem vindo a ganhar cada vez mais expressão. Há um interesse genuíno pelas artes que se fazem em Portugal.

Também no campo da criação artística contemporânea a internacionalização é uma prioridade?

Uma resolução do conselho de ministros veio pôr no papel aquilo que era um desejo antigo. Sabemos que temos recursos limitados, mas se trabalharmos em rede podemos responder melhor às necessidades.

Refere-se à recente articulação da Ação Cultural Externa com o Ministério da Cultura (MC)?

Sim. Deixa de ser apenas do domínio do Ministério dos Negócios

artistas portugueses. As residências artísticas são de grande importância e julgo que permitem uma aprendizagem para todos. Gostaria de fazer mais, mas por exemplo, começámos a trabalhar com a Câmara Municipal de Lisboa e já se criaram algumas. Em setembro, vamos fazer em Lisboa um encontro da EUNIC, que reúne os institutos culturais da União Europeia, de que aliás fui presidente e vice-presidente durante três anos, e vamos precisamente refletir sobre cultura e desenvolvimento.

VIVER EM REDE

Geralmente aponta-se o exemplo de institutos culturais como o Cervantes ou o Goethe. O Camões tem conseguido afirmar um modelo próprio?

Todos os modelos devem estar em aberto. Temos que estar sempre preparados para a mudança e não podemos cristalizar as instituições. O Camões é muito diferente do Cervantes ou do Goethe. Tem um perfil muito próprio. E por vezes até nos dizem que somos o modelo que gostariam de seguir.

Qual o modelo que gostaria que o Camões tivesse?

Para mim, é muito interessante o modelo do British Council, pelo entendimento transversal que têm da cultura, passando pelas questões do desenvolvimento, mas também pela forma como trabalham e pela capacidade de gerar receitas. De qualquer forma, sem dúvida o Camões está entre os maiores institutos internacionais de cultura. E vejo aqui um grande desafio.

Qual?

O espanhol é uma língua em grande crescimento, o português tem a vantagem de estar em mais continentes. De resto, são línguas próximas e há uma ligação que pode ser explorada, até porque o espaço ibero-americano vai ser de grande importância. Portugal teve-o sempre, ao longo dos séculos e volta a ter o papel de lugar de cruzamentos. É o único país que pertence à União Europeia, ao espaço ibero-americano e à CPLP. Tem portanto uma capacidade muito relevante de constituir redes. E sabemos como são importantes hoje em dia. É assim que, cada vez mais, teremos de viver, em rede. E a língua é uma forma de rede.

É presidente do Camões há quase oito anos; o que foi mais gratificante ou que constituiu a sua marca no instituto?

Foram anos de muitas mudanças e estive, no fundo em duas instituições, o que só por si foi um grande desafio. Também colocar cada vez mais a instituição no mundo, o que tem sido feito, porque também do lado da cooperação somos cada vez mais um parceiro importante. Não é um trabalho apenas meu, mas de uma grande equipa. Estar à frente dela é mais um privilégio, que me tem encheido a vida. E o que me deu mais satisfação foi sem dúvida ter visto o português a afirmar-se internacionalmente. E por via dele, Portugal também, através da cultura e da cooperação. JL



A PAIXÃO DAS IDEIAS

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

Fazer das fraquezas forças

A Eduardo Lourenço



o contrário do que muitos disseram, a Geração portuguesa de 1870 não foi nem exemplo de decadência, nem sinal de desistência. Pelo contrário, quem ler com atenção a sua obra crítica facilmente encontrará a busca persistente de uma saída positiva baseada na capacidade de regeneração ou de renascença de Portugal. A célebre conferência de Antero de Quental no Casino Lisbonense em 1871 sobre as causas da decadência do povos peninsulares constitui, muito mais do que uma intervenção circunstancial, uma chave para o tempo que se seguiu e no qual ainda participamos. Não por acaso, Miguel de Unamuno considerou esse momento como o culminar do “século de ouro português”.

É certo que há paradoxos e contradições, mas o que aparece com nitidez é a ideia da procura de fatores democráticos, capazes de mobilizar os cidadãos e de fixar as riquezas... Antero falava de três causas da decadência: Trento, o Absolutismo e as Conquistas. O fechamento religioso, a centralização política protecionista e a dispersão de um império dificilmente governável para um país europeu de dimensão média – tudo isso determinou a incapacidade de criar condições económicas e políticas capazes de assegurar um verdadeiro autogoverno democrático.

A verdade é que, no final, do século XIX Portugal tornara-se periférico, pobre e mais distante (como não antes) da economia e da cultura europeias. É esse afastamento dramático que constitui pano de fundo do romance *Os Maias* ou do dilema de Gonçalo Mendes Ramires em *A Ilustre Casa de Ramires*... E se o batismo de “Vencidos da Vida” teve o seu quê de irónico, como melhor do que ninguém demonstrou Eduardo Lourenço na sua psicanálise mítica do destino português, o certo é que essa marca de decaimento significava a necessidade de partir de uma visão autocrítica para a superação da mediocridade – daí haver, de Alexandre Herculano a Jaime Cortesão, a procura do reencontro com as raízes ancestrais da liberdade e da democracia. O reencontro de Portugal com a democracia e a Europa, no último quartel do século XX e início do século XXI, corresponde assim a uma resposta que confirma que a permanência cultural portuguesa se reforça com a autonomia, com o sentido crítico, a desconstrução dos mitos e com a capacidade inovadora.

Herculano e Coelho da Rocha, na linha de pensamento que Antero seguiria no Casino, puseram-nos de sobreaviso relativamente ao sonho e à dispersão imperiais. “As riquezas do Oriente produziram entre os portugueses os mesmos efeitos que em todos os tempos têm feito sentir aos seus conquistadores” – ensinava o professor de Coimbra. “A antiga singeleza foi substituída por um luxo imoderado; este corrompeu os costumes; e a afeição do ouro ocupou o lugar da virtude e do patriotismo. Por outra parte, as longas e perigosas viagens, a guerra e a colonização despovoaram o reino e abriram um vazio que as riquezas não podiam preencher”. É como se voltássemos a ouvir Gil Vicente, Sá de Miranda ou o incompreendido Camões, pela boca do Velho do Restelo... Ao invés da glorificação do passado está aqui o apelo à fixação... Afinal, “a glória de mandar e a vã cobiça” mostraram-se mais poderosas do que o espírito inovador e do que a capacidade de dar novos mundos ao mundo...

Oliveira Martins lembrou: “A bordo fomos tudo; em terra apenas pude-

mos demonstrar o heroísmo do nosso carácter e a incapacidade do nosso domínio”. A orientação para o mar foi ditada pela situação geográfica e pela tradição comercial – menos por uma vocação imperial, daí que os defensores do regresso à “vida simples” e à “fixação” tenham considerado não haver contradição histórica, mas complementaridade de vocações, enfatizando a fixação como complemento do transporte... E Herculano atribuiu, assim, a falta de esforço, crença e patriotismo na crise dinástica de 1580 aos “hábitos de desenfreamo, cobiça, ódio e egoísmo que em cada monção carregávamos do Oriente para a Europa”. E um certo providencialismo decorreria da contradição entre os feitos alcançados e a mingua de efeitos duradouros conseguidos.

António Sérgio deu coerência a uma genealogia nobre, enaltecida por Herculano: desde a política de independência da primeira dinastia, passando pela justificação do Infante D. Pedro na Carta de Bruges, pelo sentido crítico de Sá de Miranda e de Camões, pelos economistas do século XVII, pelos académicos de setecentos e finalmente por Mouzinho da Silveira... Não por acaso, Oliveira Martins considerou modelar o exemplo do Príncipe Perfeito, como delineador de um plano para a Índia, fundado na criação de uma base económica na Península Ibérica. Ainda que concordasse com Herculano e Antero, estudou a hipótese de uma estratégia global assente na articulação entre a inserção europeia e o melhor aproveitamento dos recursos obtidos na circulação mercantil. A criação de uma base peninsular gorou-se, porém, do mesmo modo que as posições dos economistas do século XVII e a tentativa da atração dos capitais dos judeus e cristãos-novos não tiveram consequência em fixação manufatureira – que a descoberta do ouro do Brasil tornou aparentemente dispensável.

O fulgor da corte de D. João V correspondeu à passagem das riquezas pelo transporte, e não a uma consolidação económica e cultural. Daí a evolução do século seguinte. Se é verdade que, desde a primeira geração liberal, de Garrett e Herculano, intelectuais e políticos reivindicaram a aproximação à Europa, sem prejuízo da salvaguarda das especificidades nacionais, o certo é que, entre meados e o fim do século XIX, houve uma clara divergência no tocante ao produto per capita, chegando-se à primeira década do século XX com uma distância não alcançada anteriormente. O PNB per capita português que era de 86% da média dos países desenvolvidos, em 1860, passa para 45% no início do século XX. Isto poderá parecer estranho, quando assistimos a uma política de melhoramentos, tantas vezes à custa da dívida pública. No entanto, o desfasamento em relação à Europa deveu-se ao facto de faltar entre nós a fixação, que permitiu no resto da Europa um crescimento muito mais rápido, graças às economias de escala. Tem razão Rui Ramos quando encontra as raízes da condenação dos efeitos das descobertas e das conquistas em Herculano, Antero e Oliveira Martins na ideia de que urgia construir uma “república”, como comunidade de cidadãos patriotas, autónoma e viável, explorando o enraizamento e a “vida simples” baseada nos próprios recursos.

Fora da ideia de uma história impossível, como Eduardo Lourenço ensina, trata-se de assumir a herança multifacetada (de Pedro Nunes, Garcia de Orta, Camões, Fernão Mendes Pinto e D. João de Castro) e as suas lições – sendo o regresso ao mar europeu a possibilidade de conciliar a fixação na ampla frente de mar do hemisfério norte com o aproveitamento das virtualidades de um relacionamento global, em geometria variável, designadamente do mundo da língua portuguesa. JL



Gravura de David Almeida



O regresso ao cais europeu [é] a possibilidade de conciliar a fixação na ampla frente de mar do hemisfério norte com o aproveitamento das virtualidades de um relacionamento global, em geometria variável, designadamente do mundo da língua portuguesa